

A história do contato e o desterro tapayuna: um massacre anunciado

Daniela Batista de Lima

Doutora em Antropologia pelo PPGAS da Universidade de Brasília

danielablina2013@gmail.com

Resumo

Esse artigo é sobre os Tapayuna, um povo da família linguística jê, cujo território tradicional está localizado no noroeste do Mato Grosso, na região dos rios Arinos e Sangue. Em 1970, 41 sobreviventes de uma epidemia de gripe, suscitada após uma expedição da Funai, foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu, onde viveram até meados da década de 1980. Atualmente moram nas Terras Indígenas Capoto Jarina e Wawi (MT), respectivamente dos povos Mebêngôkre e Kĩsêdjê. O artigo trata da história do contato com os não índios e o conseqüente genocídio e desterro a que foram submetidos. Em que pese a ação criminosa de particulares, responsáveis por dois envenenamentos contra os Tapayuna nas décadas de 1950 e 1960, e a atuação omissa e dolosa do Estado, os Tapayuna resistiram e vivem, atualmente, um processo de reemergência e fortalecimento como povo. Eles lutam por autonomia e pela retomada do território tradicional.

Palavras-chave: Tapayuna; contato; desterro; genocídio

Abstract

This article is about the Tapayuna, an indigenous group who belongs to a jê linguistic family. Their traditional territory is located in the northwest of Mato Grosso, in the region of the rivers Arinos and Sangue. In 1970, 41 survivors of an influenza epidemic, raised after a Funai expedition, were transferred to the Xingu Indigenous Park, where they lived until the mid-1980s. They currently live in the Capoto Jarina and Wawi (MT) Indigenous

Lands, respectively of the Mebêngôkre and Kĩsêdjê groups. The article is about the history of contact with non - Indians and the consequent genocide and exile that they suffered. In spite of the criminal action of individuals, responsible for two poisonings against the Tapayuna in the 1950s and 1960s, and the omission and mischief of the State, the Tapayuna have resisted and are currently experiencing a process of re-emergence and empowerment as a group. They fight for autonomy and to have back their traditional territory.

Keywords: Tapayuna; contact; exile; genocide

Contexto histórico

O território tradicional dos Tapayuna é entre os rios Arinos e Sangue, no noroeste do Mato Grosso. Eram denominados, no período do contato (entre 1950 e 1970), de Beißos-de-Pau, devido ao uso dos botoques labiais. Seus vizinhos mais próximos eram os povos Manoki, Rikbatsa, Kayabi e Apiaká.

A colonização do noroeste mato-grossense, notadamente a região do rio Arinos, ao longo das décadas de 1950 e 1960, foi impelida pelos incentivos do governo federal, sobretudo com a criação da SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em 1966, e também pelo governo estadual, que atuou em prol de interesses de particulares no processo de expropriação e titularização de terras indígenas.

As principais atividades econômicas desenvolvidas na região do Arinos foram a exploração de minérios, nos séculos XVIII e XIX, a extração da seringa, sobretudo a partir de meados do século XX, além da extração de madeira, pecuária e, mais recentemente, o agronegócio. Um dos maiores seringalistas da região, nos anos de 1950, era Benedito Bruno, que também foi prefeito da cidade de Diamantino (MT) por duas vezes. Ele abriu seringais no coração do território tapayuna, nos rios Miguel de Castro e Parecis, onde havia várias aldeias no período do contato. Muitos dos seus barracões foram atacados e alguns trabalhadores feridos, o que os obrigava a mudar de local para prosseguir com a extração da borracha. Como represália, funcionários da firma de Benedito Bruno envenenaram os Tapayuna com arsênico no açúcar em 1953. Essa notícia teve repercussão em vários jornais, sobretudo no final da década de 1960, período no qual os Tapayuna tiveram forte evidência jornalística devido às ações da Funai.

A partir de meados do século XX, a ocupação não indígena foi intensificada com a fundação do município de Porto dos Gaúchos, em 1955, ao norte do território Tapayuna. Sua criação impulsionou a chegada de vários imigrantes oriundos do sul do país e a construção

de obras de infraestrutura, o que estimulou a abertura de fazendas e, posteriormente, a fundação de novos municípios. Esta ocupação ostensiva aumentou os conflitos entre os Tapayuna e os brancos, que chegavam em número cada vez maior no seu território, o qual compreendia uma extensa área, sobretudo no interflúvio do Arinos e Sangue. Há registros da presença dos Tapayuna tanto na margem direita quanto na margem esquerda de ambos os rios.

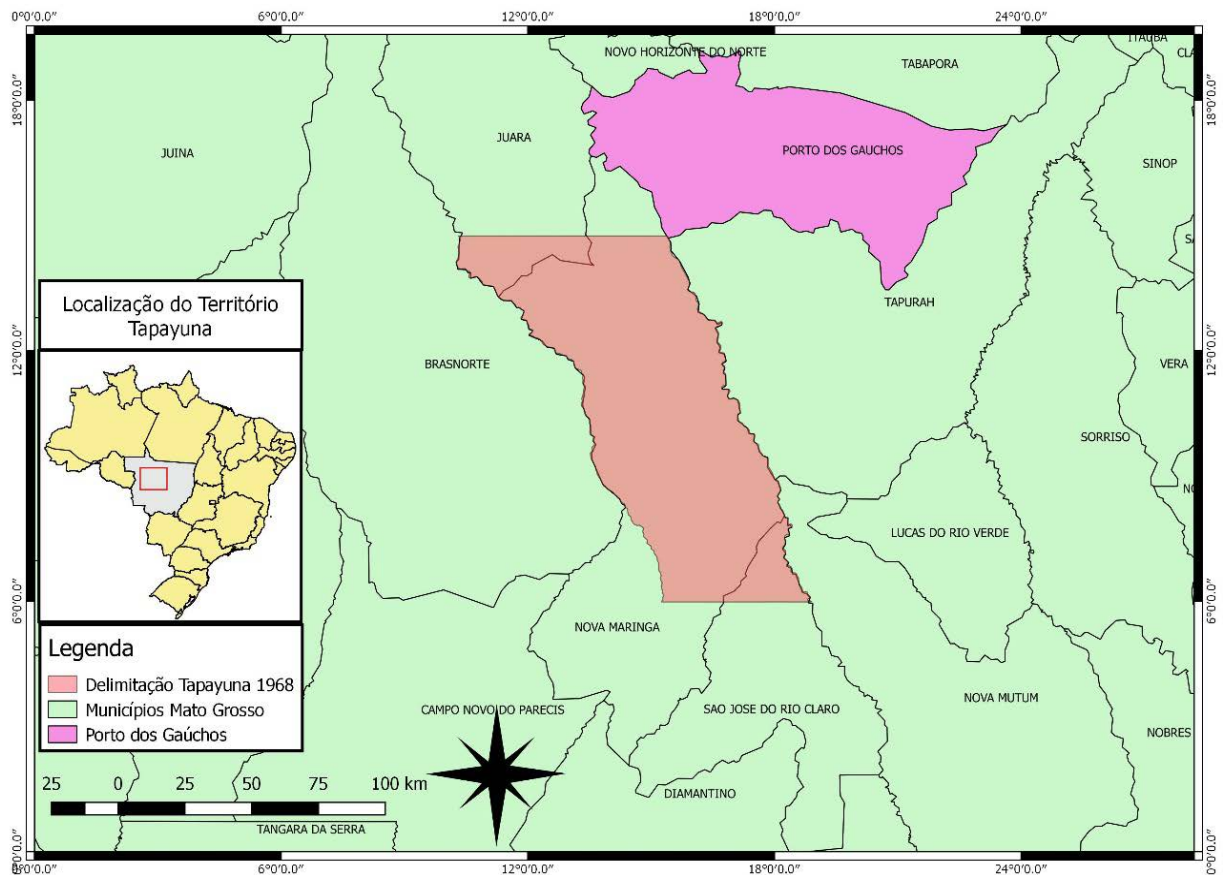


Figura 1: Municípios limítrofes e sobrepostos à “Reserva Indígena Tapayuna”

Fonte: Batista de Lima, 2019: 26.

A criação de Porto dos Gaúchos aumentou, sobremaneira, o trânsito dos não índios pelo Arinos e o avistamento de Tapayuna na beira do rio, os quais ora reagiam de maneira hostil, tentando afugentar os novos ocupantes, ora mostravam-se dispostos à aproximação para troca de bens materiais. Esses conflitos levaram ao segundo episódio de envenenamento dos Tapayuna por não índios, na década de 1960. Desta vez, eles foram envenenados com carne de anta, o que provocou muitas mortes. Ao contrário do primeiro

episódio, esse não foi veiculado em quaisquer meios de comunicação. Foi registrado por meio de relato gravado pelo antropólogo Anthony Seeger, em 1973, com Wentugaruru, e por mim em depoimento coletado com sua irmã, Ngajwotxi, em 2011, quando da minha pesquisa de mestrado. Não foi computado o número de mortos; tampouco é possível identificar os culpados. Em ambos os casos de envenenamento, o órgão indigenista, à época Serviço de Proteção ao Índio (SPI), não tomou providências.

As tentativas de contato com os Tapayuna foram conduzidas, entre 1958 e 1967, pelos jesuítas da Prelazia de Diamantino com pouquíssimo ou nenhum apoio e participação do SPI. A Funai entrou em cena no caso dos Tapayuna somente em 1968 devido à pressão de particulares interessados em ocupar a região por meio de incentivos do governo federal, providos pela SUDAM (fundada em 1966). Vários documentos remetidos pelos jesuítas, notadamente o Pe. Antônio Iasi Junior, advertia a Funai sobre a situação dos Tapayuna, sobre a iminência de possíveis epidemias, sobre a necessidade de proteção de seu território, sobre a invasão de particulares etc. As suas advertências e recomendações jamais foram consideradas pelo órgão. Infelizmente, suas previsões foram concretizadas e uma epidemia de gripe sem precedentes se alastrou entre os Tapayuna devido uma expedição malsucedida organizada pela Funai, em 1969, na qual um dos jornalistas que compunha a equipe adoeceu e contaminou os Tapayuna, o que levou ao seu extermínio quase total. Os moradores do Arinos foram calculados em cerca de 400 pessoas por Anthony Seeger, a partir de genealogias realizadas com os sobreviventes que foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu (PIX) em 1970. Após este genocídio, foram reduzidos a 41.

Esses 41 sobreviventes foram reunidos pelos jesuítas, após a saída da equipe da Funai, em um acampamento que eles organizaram no rio Parecis, um afluente do Arinos. Ali foram assistidos pelos padres jesuítas por alguns meses. Em maio de 1970, após decisão da Prelazia de Diamantino, da Funai e da administração do PIX, foram transferidos para o Parque para viver junto aos Kĩsêdjê, falantes da mesma língua. O território dos Tapayuna havia sido delimitado por meio do decreto 63.368, de 8 de outubro de 1968, após um sobrevoou do sertanista responsável pela expedição de 1969, João Américo Peret. Após a remoção compulsória, seu território foi oficialmente aberto à colonização e extinto anos depois através do decreto 77.790, de 9 de junho de 1976. Os Tapayuna que vivem na TI Capoto Jarina, notadamente na aldeia que eles criaram, em 2008, Kawêrêtxikô, afirmam que muitos dos seus parentes ficaram para trás quando da remoção, pois teriam se dispersado para o mato fugindo das doenças e da morte. Alguns registros, sobretudo dos jesuítas, e pesquisas recentes realizadas pela CGIIRC/Funai, apresentam dados contundentes sobre

a permanência e sobrevivência de Tapayuna no território tradicional. Os 41 que foram transferidos para o PIX viveram por lá entre os anos de 1970 e 1985, quando conflitos internos envolvendo os Tapayuna e os Kĩsêdjê suscitarão na evasão quase integral dos primeiros para o Capoto Jarina, dos Mebêngôkre, onde vivem até o presente. Permaneceram alguns poucos Tapayuna no PIX. Depois de quase 25 anos vivendo na mesma aldeia dos Mebêngôkre, Metuktire, os Tapayuna decidiram criar o Kawêrêtxikô em 2008.

Atualmente, os Tapayuna estão na TI Wawi, retomada pelos Kĩsêdjê na década de 1990, e na TI Capoto Jarinã. Não disponho do censo geral da população tapayuna das duas terras, porém creio que esteja em torno de 200 pessoas, considerando os filhos de casamento com Kĩsêdjê e Mebêngôkre. De acordo com o censo realizado por técnicos do posto de saúde, em 2015, na aldeia Kawêrêtxikô havia 130 moradores vivendo em 16 casas. Há também Tapayuna em outras aldeias na TI Capoto Jarina; a maioria, contudo, está concentrada no Kawêrêtxikô. A maior parte é falante de mebêngôkre e kĩsêdjê, cujas diferenças com a língua tapayuna são de ordem dialetal. Esta é ensinada na Escola Indígena Goronã, no Kawêrêtxikô, onde está em curso um processo de valorização e retomada da história, de rituais e outros aspectos considerados importantes da cultura tapayuna.

Tentativas de contato e ocupação do território tapayuna

Na época do contato, na década de 1960, os Tapayuna viviam em várias aldeias no interflúvio do Arinos. Na década de 1950, a colonização da região é impulsionada pela empresa Colonizadora Noroeste Mato-grossense (Conomali), provocando a migração em massa de colonos oriundos do sul do país e a criação de estradas, portos, obras de infraestrutura etc. Com a expansão das ocupações não indígenas na região do Arinos, as investidas tapayuna contra os brancos se tornam cada vez mais frequentes. São recorrentes as queixas de seringalistas ao SPI sobre ataques contra os seringais e a morte de trabalhadores. Tanto os padres quanto os seringalistas solicitavam intervenção do órgão no sentido de tomar providências para conter as ofensivas tapayuna. Não obstante as reiteradas demandas, o SPI não teve uma atuação ativa no processo de contato tapayuna até o final da década de 1960, quando da extinção do órgão e da criação da Fundação Nacional do Índio. Houve algumas tentativas de “pacificação” dos Tapayuna, ao longo das décadas de 1950 e 1960, promovidas pelos jesuítas da Prelazia de Diamantino. A técnica utilizada pelos jesuítas durante o contato foi caracterizada pela distribuição de brindes nos locais onde eram encontrados vestígios e acampamentos, o que parece ter incitado o interesse dos Tapayuna por uma possível aproximação

Apesar dos avanços, ou seja, de ter havido encontros amistosos, troca de materiais e até “diálogos” entre os grupos e os jesuítas, as expedições ocorreram de forma esporádica, fragmentada, o que comprometeu o objetivo das ações. Não houve uma atuação continuada no caso tapayuna em termos da participação do Estado, da organização logística, da disposição de recursos humanos e financeiros, da participação de interpretes Kĩsêdjê – o que teria sido fundamental nas missões –, etc. A omissão do Estado persistiu mesmo depois de dois episódios de envenenamento sofridos pelos Tapayuna nas décadas de 1950 e 1960. Eram frequentes os conflitos entre os Tapayuna com trabalhadores que abriam estradas, funcionários da empresa colonizadora da região, CONOMALI, com moradores da cidade de Porto dos Gaúchos, ao norte do território tapayuna, com seringueiros, fazendeiros, colonos etc.

A conexão com os não índios foi permeada pela ambivalência, por movimentos de aproximação e recuo, por hostilidades e tentativas de construir vínculos mais estreitos. O fato de os Tapayuna ocuparem uma área extensa e serem divididos em vários grupos torna a compreensão sobre a história do contato bastante complexa e, de certa forma, indecifrável. Os grupos tiveram posições distintas a respeito dos brancos e oscilaram em suas decisões e movimentos com os diversos “tipos” de brancos com os quais se relacionaram: seringueiros, fazendeiros, madeireiros, colonos, missionários, jornalistas, agentes do SPI/Funai etc. Certamente a intenção dos não índios também determinou a ação/reação dos Tapayuna, que ora atacavam, tentando afugentá-los e, em outros momentos, buscavam a aproximação. O propósito dos Tapayuna não se restringiu à conexão por trocas de bens, eles acreditaram na possibilidade de estabelecerem vínculos de parentesco com os brancos. Obviamente, não existiu reciprocidade dos não índios neste sentido.

As únicas ações previamente “organizadas” pelo órgão indigenista no caso dos Tapayuna ocorrem apenas no final da década de 1960: foram o sobrevoo de 1968, que ensejou a delimitação do território, e a expedição de 1969. Ambas ações ocorreram devido ao aumento da especulação na região, impulsionada pelos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966. Houve uma forte pressão de particulares para que a Funai reduzisse oficialmente o território tapayuna. Em razão do cerco em seu território, os Tapayuna começaram a aparecer nas fazendas que estavam sendo adquiridas devido aos estímulos da SUDAM. Uma delas, a fazenda ABC, passou a receber os Tapayuna em números cada vez maiores em sua sede a partir de 1968. Incomodado com essas aparições, o proprietário, um empresário de São Paulo, acionou a Funai exigindo providências. Foi a partir de então que a expedição passou a ser

organizada. Cabe destacar que após a delimitação da “Reserva Indígena Tapayuna” por meio do decreto nº 63.368, de 08 de outubro de 1968, a área deveria ter sido evacuada, o que, obviamente, não ocorreu.

A missão da Funai foi integralmente mal planejada, não contou com a participação dos jesuítas, que conheciam a região e haviam empreendido várias expedições em anos anteriores, não contou com profissionais de saúde na equipe, não previu a participação de interpretes Kĩsêdjê, não armazenou devidamente as vacinas contra doenças contagiosas, e, por fim, garantiu a participação de vários jornalistas na equipe com intuito de dar visibilidade midiática a ação. Ademais, quando a equipe da Funai chegou ao local alguns Tapayuna já se encontravam na fazenda ABC, alguns em trânsito e outros permaneciam na sede. As pessoas responsáveis por manejar essa situação, sem nenhum suporte do órgão indigenista, foram os caseiros da ABC, que optaram por não reagir contra os Tapayuna e ceder os bens que eles pediam. Até a chegada da Funai no local, em 1969, não havia tido conflitos entre os moradores da ABC e os Tapayuna, nem tampouco caso de doença entre os índios. A epidemia começou a se proliferar entre os Tapayuna quando um dos jornalistas que fazia parte da equipe da Funai ficou gripado. Mesmo diante dessa situação altamente arriscada e da iminência de uma catástrofe patogênica, o sertanista responsável pela operação, João Américo Peret, não tomou as providências cabíveis. Em vez de acionar a Funai em Brasília e solicitar suporte emergencial, tendo em vista o risco do que estava por vir, o sertanista deu prosseguimento às suas tentativas de chegar às aldeias, ignorando o fato de três Tapayuna terem começado a apresentar sintomas da gripe na fazenda ABC.

A equipe da expedição tentou isolar o jornalista gripado do convívio com os Tapayuna que frequentavam o acampamento da Funai. A tentativa, contudo, não foi bem-sucedida, tampouco a Funai dispunha do aparato necessário para resguardar os indígenas de um surto epidêmico. As vacinas foram transportadas de maneira inapropriada e tornaram-se inutilizáveis e a equipe não dispunha de profissionais da área de saúde. A participação de jornalistas na primeira expedição realizada pela Funai *in loco* esteve certamente relacionada à forte evidência em torno da “pacificação” tapayuna, tema de diversas reportagens em jornais e revistas da época. “Não havia nada. Éramos só nós. Não havia um médico na equipe. Só jornalistas. O que podíamos fazer naquela altura? Eu acho que mesmo que o Hedyl conseguisse ter voltado, o mal já estava feito” (Walter Firmo citado por Valente 2017: 55).

De acordo com o jornalista Rubens Valente (2017:55), não há como comprovar a relação direta entre a gripe de Hedyl Valle Jr e a epidemia que se alastrou entre os Tapayuna devido à inexistência de laudos médicos naquele contexto, contudo, é inquestionável que

as mortes passaram a ocorrer logo depois da saída da equipe do local. Ademais, o jornalista Walter Firmo (Valente 2017: 56), viu quando os índios “começaram a tossir e cair doentes. Segundo Firmo, até a saída dos jornalistas da área, porém, nenhum índio havia morrido” (*id. ibid.*).

O vírus se alastrou entre os Tapayuna por meio dos indígenas que frequentavam regularmente o acampamento da Funai e retornavam para as respectivas aldeias. Pouco tempo após o término da expedição, os padres da Prelazia de Diamantino chegaram ao local e se deparam com um cenário desastroso, aldeias abandonadas e diversos cadáveres. Neste ínterim, os Tapayuna viveram a segunda tragédia da depopulação (a primeira tendo sido representada pelas várias mortes por envenenamento). A conduta irresponsável e criminosa do sertanista Américo Peret foi aprimorada com o envio de dois Tapayuna, Tariri e Kairá, ao Rio de Janeiro para se reunirem com integrantes do Ministério do Interior, com fotógrafos, jornalistas, repórteres e para que aparecessem em programas de TV. O intuito de Peret era visibilizar o grande feito do “pacifismo”, anunciar publicamente os resultados de suas ações no âmbito da Funai. O novo órgão substitua, desde 1967, o SPI, que tinha uma imagem, inclusive em âmbito internacional, altamente desgastada e deletéria devido às acusações gravíssimas levantadas no âmbito da CPI que ensejou a elaboração do Relatório Figueiredo.

Enquanto o sertanista Américo Peret preocupa-se em expor os rapazes Tariri e Kairá como propaganda de seus feitos e submetê-los a diversas situações constrangedoras, a gripe continuava a se alastrar entre os Tapayuna.

Os responsáveis por assistir os sobreviventes da epidemia foram os jesuítas da Prelazia de Diamantino, que ao chegarem no local se depararam com um cenário de guerra, com cadáveres insepultos, com os sobreviventes fragilizados e debilitados, com crianças mamando no seio das mães mortas, com pessoas dispersas pelo mato, etc. O Pe. Antônio Iasi, responsável por reunir os sobreviventes, que somaram 41, afirma que um dos rapazes levado por Peret ao Rio de Janeiro retornou com sarampo, o que tornou ainda mais grave a situação. A relação entre os missionários jesuítas e o órgão indigenista era bastante atribulada, já que os primeiros criticavam veementemente o SPI/Funai de atuar em prol de particulares e não deter uma política de proteção e garantia dos territórios indígenas. Outrossim, antes de a expedição da Funai ser viabilizada, houve diversas advertências do Pe. Iasi sobre a invasão do território tapayuna e sobre o alto risco de uma catástrofe epidêmica devido à aproximação e o contato cada vez mais frequente com os não índios. O órgão não apenas ignorou suas advertências como foi o responsável por introduzir, e não conter, a gripe entre os Tapayuna.

Os jesuítas reuniram 41 sobreviventes e criaram um acampamento para eles no Rio Parecis, um afluente do Arinos, local onde, segundo Pe. Iasi, eles estariam mais protegidos do contato com os brancos. Iasi assistiu os Tapayuna provendo-lhes cuidados médicos e alimentos. O padre afirma, em um de seus documentos, que tratou de alguns enfermos que posteriormente se dispersaram. Ele sobrevoou o território em busca de outros sobreviventes, mas não encontrou. O território tapayuna era muito extenso e seria necessário uma busca minuciosa por terra para encontrar outros sobreviventes ou mesmo outros coletivos tapayuna que podiam ter se mantido arredios aos brancos e/ou não terem sido atingidos pela epidemia de gripe. Os Tapayuna do Kawêrêtxikô afirmam que os grupos se dividiram fugindo da doença e morte. Segundo eles, alguns optaram por não permanecer junto aos brancos no acampamento no rio Parecis. Iasi teve que se ausentar e foi substituído por Thomaz de Aquino Lisbôa e Vicente Canãs. Além deles havia dois auxiliares pareci, Ramiro e Ricardo.

Um caminho sem volta...

Em que pese a situação estável em que os Tapayuna se encontravam na aldeia Parecis, suas expectativas de permanência no local e seu processo de recuperação física e emocional, articulações entre os administradores do Parque Indígena do Xingu (PIX), da Prelazia de Diamantino e da Fundação Nacional do Índio resultaram na remoção dos Tapayuna para o PIX em 2 de maio de 1970. O diário escrito pelos jesuítas menciona que a saída do Pe. Iasi, junto com o Irmão Fernandez da aldeia Parecis, em março de 1970, tinha como objetivo tratar da transferência dos Tapayuna. “Pe. Iasi e Fernandez saíram para a fazenda esperando condução para tratar do traslado dos índios (Lisbôa e Canãs, 19/03/1970).

Com intuito de persuadi-los, Pe. Iasi levou gravações de músicas kîsêdjê para os Tapayuna escutarem. O fato de ambos os povos serem falantes da mesma língua, com pequenas diferenças dialetais, suscitou muitas dúvidas entre os Tapayuna sobre quem seriam aquelas pessoas que entoavam os cantos. “Quem será? Será que são as almas deles que apareceram lá e transformaram-se em gente? Ficamos com dúvida” (Relato de Kôkôtxi in Batista de Lima 2012:140). Ao escutarem as músicas, os Tapayuna ficaram fortemente emocionados. Imaginaram que poderia se tratar de seus parentes que teriam se deslocado para Xingu; do espírito dos mortos que teriam reaparecido lá; ou mesmo que poderia se referir a outro povo com aspectos semelhantes, sobre os quais alguns dos sobreviventes tinham conhecimento de histórias envolvendo um passado em comum. Os acontecimentos

vividos pouco tempo antes pelos Tapayuna, as mortes em massa e a dispersão dos grupos, deixavam margem para várias interpretações a respeito destes supostos parentes que eles encontrariam no Xingu. Eles suspeitavam da fuga de outros grupos que poderiam ter sobrevivido às epidemias e migrado para outros locais. Imaginavam que estariam indo ao encontro dessas pessoas no PIX.

Os cantos proferidos pelos supostos parentes podem ter levado os Tapayuna a inferirem que se tratava de uma aldeia dos mortos, onde o modo de vida é, em muitos aspectos, similar à aldeia dos vivos, o que inclui a realização de rituais. A concepção dos Tapayuna sobre a destinação e também sobre as formas de transformação dos espíritos dos mortos é um ponto importante a ser considerado, porém, o debate a respeito do tema não será abordado no presente artigo. A complexa teoria escatológica e as prováveis destinações e formas de metamorfose dos espíritos após a morte, aliadas aos recentes eventos de inúmeras perdas vivenciados pelos Tapayuna, geraram grandes especulações sobre o local para onde iam (aldeias dos mortos ou aldeia dos vivos), as pessoas (do povo Tapayuna ou outros grupos) ou espíritos que encontrariam (que poderiam ter se transformado em humanos), e quais seriam as consequências dessa mudança para eles. As especulações e incertezas devem-se ao fato de o discurso escatológico não ter um cânone, as teorias e as transformações a esse respeito são abertas, pois dependem da experiência particular.

Eles suspeitaram do alto risco que esta viagem representava, mas a expectativa de rever os parentes e encontrar outros Tapayuna os impulsionou ao deslocamento. Os Tapayuna estavam ainda fortemente fragilizados pelos traumas e pela sobrevivência de poucos integrantes do grupo, rever os familiares e construir novas relações de parentesco se apresentava como a melhor alternativa de reversão daquele quadro e da reconstituição da vida coletiva. Ademais, eles foram impelidos a se deslocar, tendo em conta que a decisão sobre sua remoção já havia sido tomada por instâncias superiores em Brasília e não lhes restou outra opção a não ser se arriscar em um destino duvidoso. Contudo, eles não estavam cientes da inviabilidade de seu retorno ao Arinos. Eles partiram acreditando num possível regresso ao território tradicional.

O deslocamento dos Tapayuna foi tortuoso, permeado por incertezas, sofrimento, medo, desconfiança e relutância. A dúvida em torno da confiabilidade nos brancos vem à tona devido as condições adversas a que são submetidos e aos contratemplos durante todo o percurso. Eles estavam acampados em um local de cerrado, onde não havia possibilidade de se proteger do sol; os alimentos estavam escassos e não havia caça.

Depois de 10 dias desde a saída da aldeia no córrego Parecis, os Tapayuna chegaram

em Cuiabá, na noite do dia 01 de maio de 1970. Em Cuiabá os Tapayuna ficaram alojados nas dependências da Fundação Nacional do Índio e foram recebidos pelo então delegado da 5ª DR, Sr. Hélio Bucker. Os Tapayuna estavam fisicamente desgastados e alguns apresentam febre. Eles ainda sofriam os sintomas da gripe. Foram examinados e medicados por dois profissionais de saúde. Os Tapayuna partiram, ainda debilitados, rumo ao aeroporto, com destino ao PIX no dia 02 de maio de 1970.

A deliberação em torno da remoção é bastante polêmica e controversa, pois envolveu discordâncias internas entre os jesuítas. Thomaz de Aquino se pronunciou contra tal decisão que, infelizmente, já havia sido tomada em reunião interna no âmbito da Missão Anchieta. Thomaz se mostrou descontente, pois sabia que os índios não haviam sido consultados e que essa ação era incongruente com as próprias críticas dos jesuítas ao órgão indigenista. Apesar de sua manifestação e de suas críticas contundentes, a decisão já havia sido acordada e Thomaz e Vicente foram apenas incumbidos da transferência. Os motivos pelos quais os jesuítas, sobretudo o Pe. Iasi, optaram pela transferência estiveram relacionados à ausência de apoio logístico, financeiro e político da Funai, à falta de estrutura da Missão para continuar a assistência, à preocupação com a permanência dos Tapayuna em um local cuja especulação aumentava vertiginosamente e à ideia de que no PIX eles estariam mais protegidos e teriam mais possibilidades de se reestruturarem coletivamente por meio da interação com os Kĩsêdjê. A deliberação sobre a remoção foi sancionada pela Funai, que deveria ter resguardado a vida e a permanência dos Tapayuna no seu território. A atuação criminosa e omissa do SPI e Funai no caso tapayuna foi constante; nem mesmo após a trágica expedição de 1969 o órgão foi capaz de dar a devida atenção e o suporte necessário para conter a epidemia e salvar as vidas em risco. Novamente os jesuítas tiveram que atuar, praticamente, por conta própria e certamente isso influenciou na decisão da Missão Anchieta a respeito da transferência. A política vigente à época, de atrair os povos para o Parque Indígena do Xingu, cujo principal responsável era Orlando Villas Boas, também foi um fator preponderante para a remoção.

A luta pela terra e a busca pelos parentes

Ao chegarem no PIX, ao contrário do que os responsáveis pela transferência previam, os Tapayuna não tiveram suas vidas e bem-estar garantidos. Durante o tempo em que viveram por lá, dez Tapayuna morreram por acidentes, causas não identificadas e por feitiçaria. No PIX eles encontraram inimigos temidos, como os Kayabi, e inauguraram um novo capítulo de sua história. Desde então, os Tapayuna se tornaram, e continuam a sê-lo, um povo desterritorializado, dependente e passaram a ser cativos dos povos que lhes

acolheram. Os Tapayuna expressaram por diversas vezes o desejo de retornar para seu território, mas foram impedidos. Quando partiram do Arinos eles não sabiam para onde estavam indo, quem encontrariam e não podiam imaginar que seriam impossibilitados de retornar. A vida dos Tapayuna no PIX foi bastante controversa, ao mesmo tempo em que constituíram vínculos de amizade e parentesco, graves conflitos e tensões emergiram da relação com os outros povos, notadamente os Kĩsêdjê. A evasão para a TI Capoto Jarina, em meados da década de 1980, foi fruto dessas tensões.

A migração em massa dos Tapayuna para o Capoto representa um recomeço, a necessidade de, novamente, eles se articularem e reconfigurem suas relações. Em que pese a mudança, os Tapayuna mantiveram seu status de hóspedes, cativos e dependentes territoriais, porém agora, sobretudo, dos Mebêngôkre. Com eles os Tapayuna viveram por mais de 25 anos numa mesma aldeia, Metuktire. As conexões com os Mebêngôkre, assim como no caso dos Kĩsêdjê, guardadas as devidas peculiaridades, também são ambivalentes, pois são perpassadas por vínculos de parentesco, afeto, amizade, mas também por disputas, tensões e acirramentos.

Em vista do exposto, os Tapayuna decidiram criar uma aldeia própria, em 2008, denominada Kawêrêtxikô. A criação da aldeia impulsiona um processo de emergência e fortalecimento dos Tapayuna como coletivo. As relações com os Mebêngôkre foram reconfiguradas com a conquista de certa autonomia por parte dos Tapayuna. No Kawêrêtxikô, eles começaram a praticar alguns dos seus rituais considerados tradicionais, a ensinar a língua na Escola Indígena Goronã, a receber pesquisadores de diferentes áreas, a manejar as relações com os brancos da área de saúde e educação, a executar projetos etc. Foi também a partir da criação desta aldeia que os Tapayuna estreitaram os vínculos com os Tapayuna/Kĩsêdjê da TI Wawi e iniciaram formalmente a luta pela retomada do território tradicional.

Em 2016 iniciaram-se as articulações em torno de suas demandas pelo retorno ao território no Arinos, pela busca dos parentes que eles acreditam terem permanecido na região e também pela conquista de uma indenização pelas violações que sofreram no período da ditadura militar. Cabe destacar alguns avanços significativos que os Tapayuna lograram desde o início dessas articulações. Eles realizaram um sobrevoo no território tradicional, em agosto de 2016, organizado pela CGIIRC/Funai, e constataram que a maior parte da vegetação encontra-se preservada. Ademais, a CGIIRC realizou pesquisa *in loco* e levantou dados significativos que apontam para a permanência de Tapayuna no território tradicional na condição de trabalhadores de fazendas na região. Há também indícios da presença de isolados em seu território.

Em setembro de 2017 foi realizada uma expedição por terra, novamente organizada pela CGIIRC, com a presença de alguns Tapayuna do Kawêrêtxikô. Durante caminhada na mata, os Tapayuna reconheceram diversas espécies de plantas utilizadas para diferentes finalidades, constaram a presença de diversos animais e viram que o rio Arinos, e alguns de seus afluentes, como Miguel de Castro e Tomé de França, mantêm-se limpos e piscosos. As informações a respeito da presença de isolados foram reforçadas pelos seus vizinhos Apiaká/Kayabi, da TI homônima, localizada ao norte do território tapayuna.

Na visita à TI Apiaká/Kayabi, especificamente na aldeia Mayrob, onde visitamos durante a expedição, além dos depoimentos sobre isolados, coletamos também informações sobre um massacre ocorrido no coração do território tapayuna em 1996, na região de Brianorte (município de Nova Maringá), cujo responsável teria sido um fazendeiro. Esse episódio, somado a alguns depoimentos coletados no âmbito da CGIIRC, a respeito do assassinato de um Tapayuna por grileiros em 2013, na beira do rio Arinos, demonstram a necessidade premente da abertura de um processo criminal e de investigação aprofundada sobre as referidas denúncias. Ademais, os isolados, assim como os supostos trabalhadores tapayuna em fazendas, encontram-se completamente desprotegidos, à mercê de particulares e de uma guerra silenciada e permanente. Além das articulações realizadas no âmbito da Funai, os Tapayuna estabeleceram alianças importantes com organizações não governamentais, notadamente a OPAN, que tem apoiado sua luta e suas reivindicações. Eles também estão em diálogo constante com o Ministério Público Federal, em Cuiabá-MT, para a conquista do seu território e para obtenção de uma indenização pelas violações sofridas.

Não obstante os avanços nas suas articulações, atualmente, o diálogo com a Funai está relativamente estagnado, já que não há indicativo para a constituição de um grupo técnico para a identificação e delimitação da área, que constitui a primeira etapa do processo demarcatório. Essa é uma demanda persistente dos Tapayuna, uma vez que a área se encontra de posse de particulares e há a previsão para a construção de uma hidrelétrica no rio Arinos, cujo impacto no território tapayuna não foi mensurado. Há mais de duas mil fazendas na área contemplada pela “Reserva Indígena Tapayuna” (RIT), delimitada em 1968 e extinta em 1976, por meio do decreto 77.790. As atividades econômicas predominantes são a extração de madeira, pecuária e há o avanço progressivo do agronegócio. Além disso, boa parte da área delimitada encontra-se sobreposta ao município de Nova Maringá. A vegetação mais preservada está na parte norte da RIT, onde prevalece a atividade de manejo de madeira. Ainda no âmbito da Funai, infelizmente não houve avanços na pesquisa sobre os isolados em território tapayuna, apesar das informações de massacre e dos indícios e

os depoimentos dos Apiaká/Kayabi que confirmam sua presença na região.

Em julho de 2018, alguns Tapayuna do Kawêrêtxikô visitaram, após uma separação de mais de trinta anos, seus parentes na TI Wawi. Foi um reencontro emocionante que tive o prazer de presenciar. Na ocasião, os Tapayuna das duas terras conversaram sobre o território, houve relatos comoventes, sobretudo das mulheres, a respeito do contato, sobre a separação das famílias, sobre o sonho e o desejo uníssono de viverem novamente juntos no seu próprio território como um povo independente. Os Tapayuna, das duas TIs, mantiveram uma postura resoluta e unânime sobre o desejo de voltarem para sua terra e de lutarem por ela.

Considerações finais

O deslocamento dos Tapayuna ensejou, anos mais tarde, em 1976, a extinção oficial de seu território por meio do decreto 77.790 de 9 de junho de 1976. Sua área foi entregue aos ocupantes não indígenas, cujo processo de colonização, como descrito inicialmente, foi intensificado a partir da década 1960. O avanço da ocupação não indígena prosseguiu mesmo quando a área estava interdita, por meio do decreto de 63.368 de 1968. A delimitação parece ter propiciado maior articulação dos empresários e fazendeiros interessados em manter a exploração na área. Além da omissão do SPI/Funai, que não logrou manter o território tapayuna assegurado de invasões, o órgão se manteve inoperante diante dos alertas e das demandas reiteradas dos jesuítas (especialmente Antônio Iasi) para proteção das vidas e do território tapayuna.

Com intuito de reaver as atrocidades e injustiças cometidas no período ditatorial, inclusive contra as populações indígenas, foi criada, por meio da lei 12528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Instituída em 16 de maio de 2012, a CNV tem como finalidade apurar as violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O relatório da CNV dispõe de uma parte específica que trata das violações contra populações indígenas, uma forma de reconhecimento do Estado Brasileiro pela sua participação nos processos de desterritorialização, genocídio e etnocídio. Obviamente, esse reconhecimento precisa ser aprimorado e aplicado em termos de indenizações e outras reparações tendo em vista a justiça de transição. Neste horizonte, a CNV recomenda (2014: 253-4), que o Estado admita que a colonização das terras indígenas, no período da ditadura, consistiu em crime de motivação política por violar o modo de vida e a territorialidade indígena. O relatório indica a necessidade de instauração de processos reparatórios coletivos (especialmente nos casos de regularização e desintrusão das terras

indígenas), sobretudo em situações nas quais os povos tenham sido desterritorializados.

Em se tratando das remoções compulsórias, a CNV (2014: 210) alega que, no caso dos Tapayuna e dos Panará, os preceitos vigentes no Estatuto do Índio (Lei no 6.001/1973) não foram seguidos. A remoção está prevista no Estatuto do Índio apenas nos casos da imposição da segurança nacional e para construção de obras públicas; deve ocorrer somente mediante decreto presidencial quando esteja comprovada a inexistência de alternativas. A área para onde os povos serão realocados deve apresentar condições ecológicas propícias. Ainda de acordo com o Estatuto, os povos devem ser ressarcidos e detêm a garantia de retorno, quando possível. Infelizmente, “essas condições e ressarcimentos não serão observados na prática, como ocorreu com os Tapayuna e os Panará, por exemplo” (CNV 2014: 210.)

A história de luta e conquista dos Panará é uma inspiração aos Tapayuna, que lutam pela retomada do seu território e para obtenção de uma indenização pelas perdas e violações sofridas no período do contato. Ambos os pleitos estão respaldados tanto no Estatuto do Índio como na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (da qual o Brasil é signatário), que garante, no artigo 16, o direito ao retorno dos povos indígenas removidos do seu território tradicional. Quando o regresso não é possível, os indígenas deslocados devem receber “terras de qualidade e situação jurídica pelo menos iguais às das terras que ocupavam anteriormente e que possam satisfazer suas necessidades presentes e garantir seu desenvolvimento futuro” (OIT artigo 16). A Convenção 169 assinala que a remoção e o reassentamento devem ocorrer somente quando necessário e mediante o consentimento e conhecimento dos povos afetados. Do contrário, só pode ser efetivado após a realização de procedimentos previstos em lei nacional e consultas públicas, nas quais os povos afetados estejam propriamente representados. A obtenção de reparações por perdas e danos está prevista no mesmo artigo “pessoas transferidas de uma terra para outra deverão ser plenamente indenizadas por qualquer perda ou dano” (idem).

A indenização deve considerar, além dos danos materiais, de acordo com a Corte Interamericana (Silva 2016:352), os impactos simbólicos, culturais, espirituais e emocionais provocados pela diáspora, que afetam a autoestima de um povo, cujas vidas, o território, a cosmologia e o modo de ser são intensamente comprometidos. Creio que a distinção entre danos materiais e morais é insuficiente, pois do ponto de vista indígena essa separação não é a mesma do Direito, além do que a relação de convertibilidade e os conceitos padrões de valor envolvidos são outros. De todo modo, o desrespeito e tolhimento aos modos de vidas indígenas perpetrados durante a ditadura militar precisam ser reparados com vistas à garantia de uma justiça de transição no país, como enfatizado

por Sônia Guajajara.

Nossas terras tradicionais também são corpos para nós, e muitas delas permanecem sequestradas. [...] Esperamos que hoje o conceito de justiça de transição, que orienta essa Comissão, se acrescente de um novo significado para o Brasil. Um Estado Democrático verdadeiro não pode ser um Estado Colonialista. A transição democrática precisa da descolonização da relação com os povos originários desta nação, processo que é permanente (Sônia Guajajara, 2014, grifo nosso).

A remoção dos Tapayuna contrapõe praticamente todos os preceitos legais dispostos nos instrumentos jurídicos acima. Os Tapayuna poderiam ter permanecido no território tradicional, seu deslocamento não foi um ato justificado, já que eles não corriam risco de morte, seu território estava interdito por meio de decreto, outros grupos e sobreviventes estavam dispersos e eles tinham expectativa e anseio de se reconstituírem coletivamente na sua própria terra. A decisão sobre a transferência foi tomada à sua revelia; eles não tinham ciência de onde estavam indo, quem encontrariam e dos impedimentos futuros para seu regresso. A transferência para o PIX inseriu os Tapayuna na categoria de “deslocados” e dependentes territoriais. Essa posição tem consequências emocionais, físicas e psicológicas que interferem na sua autoestima, sua forma de ser, estar e se relacionar com outros povos, afetando-os individualmente e coletivamente. Não lhes foram garantidas as condições ambientais nem tampouco jurídicas semelhantes às de sua terra tradicional, como previsto em lei, o que lhes impõe limitações e uma situação de submissão territorial e política.

...o deslocamento forçado implica em um crime cuja resolução encontra-se em aberto enquanto as vítimas estiverem submetidas às suas consequências. Com outras palavras, a única medida reparativa para este tipo de ato é a recuperação das terras originárias destes povos, do contrário, permanecerão na condição de deslocados internos (Calheiros 2015, n.p.).

A extinção do SPI e a criação da Funai teve como propósito a inauguração de uma nova forma de indigenismo, cuja finalidade era suplantando os graves equívocos e as condições em que operavam o SPI. Infelizmente, quando o novo órgão (criado em 1967) assume o contato com os Tapayuna, em 1968, os desacertos permanecem. Foram cerca de vinte anos de sucessivas falhas, omissões, descaso, crimes e má gestão no que tange

à questão tapayuna. A Funai estava a serviço de um poder autoritário, cujas resoluções priorizavam a política econômica vigente à época, a qual percebia os povos indígenas como obstáculos ao “desenvolvimento” nacional (Batista de Lima e Bechelany, 2017). O esbulho dos Tapayuna é, portanto, consequência de um período histórico que pretendeu, deliberadamente, a aniquilação das vidas indígenas.

Apesar das minhas investigações, realizadas desde 2012 no âmbito do mestrado, e da contribuição de várias pessoas que foram gradativamente se envolvendo e auxiliando nessas pesquisas, a história do contato com os Tapayuna permanece um tanto obscura.

A organização do acervo bibliográfico e material a respeito dos Tapayuna é um desafio ainda em curso, pois os documentos encontram-se dispersos e se faz necessária uma investigação *in loco* na cidade de Porto dos Gaúchos, por exemplo, fundada em território tapayuna, em 1955, e onde há notícias sobre acervo material (arcos, bordunas, botoques etc) de posse dos fundadores da cidade, a família Meyer. Ainda há um longo caminho que necessita ser trilhado para a garantia dos direitos plenos dos Tapayuna, para o reconhecimento do Estado diante das violações, para a conquista do território tradicional e para proteção dos isolados e daqueles que permaneceram no Arinos. Minha tese de doutorado, da qual resulta esse artigo, foi uma tentativa de contribuir com a luta dos Tapayuna, trazendo à tona parte da sua história até então oculta.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Presidência da República. 1976. *Decreto n. 77.790, de 09/06/76 [extingue a reserva indígena Tapayuna, no município de Diamantino-MT]*. Acervo ISA. São Paulo, p. Brasília: DOU, p. 8207-2, 10 jun, 1976.

CALHEIROS, Orlando. 2015. *No tempo da guerra: algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil*. Verdade, Justiça e Memória. [S.l.]: [s.n.].

FABRÍCIO Amorim; VERA Katukina. 2017. *Qualificação de informações sobre a presença de povos indígenas isolados no interflúvio dos rios Arinos e Sangue*. Fundação Nacional do Índio. Brasília.

GUAJAJARA, Sônia. 23/09/2014. *Discurso durante a sessão de julgamento do caso Aikewara-Suruí no âmbito da Comissão da Anistia*. Notícias. Centro de Trabalho Indigenista, Brasília, Disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/noticia/representante-da-apib-discursa-no-julgamento-da-anistia-dos-aikewara-suru%C3%AD>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

LEGISLATIVA, Câmara. *DECRETO Nº 63.368, DE 8 DE OUTUBRO DE 1968*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63368-8-outubro->

1968-404774-publicacaooriginal-1-pe.html >. Acesso em: 30 jan. 2018.

LIMA, Daniela Batista. 2012. *Vamos amansar um branco para pegar as coisas”: Elementos da etnohistória Kajkwakratxi-jê (Tapayuna)*. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Dissertação de Mestrado. Brasília.

LIMA, Daniela Batista. 2019. *Transformações, Xamanismo e Guerra entre os Kajkwakratxi (Tapayuna)*. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Tese de Doutorado. Brasília.

LIMA, Daniela Batista; BECHELANY, Fabiano. 2017. O descaso induzido: o desterro dos Tapayuna e dos Panará. Dossiê Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil republicano. Mediações, Universidade Estadual de Londrina, 179-203.

LISBÔA, Thomaz; CÃNAS. Vicente. *Diário da aldeia Pareci*. Janeiro a Abril de 1970. Acervo Operação Amazônia Nativa.

OIT. *Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais*. [S.l.]. DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004.

SILVA, Liana. 2016. *Justiça de transição aos Avá Guarani: a necessária política de reparações e restituição de terras pelas violações cometidas durante a ditadura militar*. In: (COORD.), C. F. M. S. F., et al. *Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba.. Letra da Lei.

VALENTE, Rubens. 2017. *Os fuzis e as flechas. História de sangue e resistência indígena na Ditadura*. São Paulo. Companhia das Letras.

VERDADE, Comissão Nacional. 2014. *Texto 5: Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Expulsão, Remoção e Intrusão de Territórios Indígenas*. Comissão Nacional da Verdade. Brasília. Vol. II. 208-217.

Recebido em: 29 de março de 2019.

Aceito em: 07 de setembro de 2019.